

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.877.740
Preferenciais	6.843.557
Total	14.721.297
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	431.320	430.149
1.01	Ativo Circulante	546	627
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10	51
1.01.06	Tributos a Recuperar	283	293
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	283	293
1.01.07	Despesas Antecipadas	243	274
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10	9
1.01.08.03	Outros	10	9
1.02	Ativo Não Circulante	430.774	429.522
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	422.048	420.782
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	411.074	410.361
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	96.771	96.771
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	19.790	19.077
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	294.513	294.513
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.974	10.421
1.02.01.10.05	Outros créditos	3.612	3.321
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	7.362	7.100
1.02.02	Investimentos	8.407	8.414
1.02.02.01	Participações Societárias	4.964	4.971
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.964	4.971
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.443	3.443
1.02.03	Imobilizado	187	193
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	187	193
1.02.04	Intangível	132	133

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	431.320	430.149
2.01	Passivo Circulante	24.814	23.839
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	140	159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	140	159
2.01.02	Fornecedores	133	137
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	133	137
2.01.03	Obrigações Fiscais	439	439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	439	439
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	439	439
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.101	23.052
2.01.04.02	Debêntures	24.101	23.052
2.01.04.02.01	Debêntures	24.101	23.052
2.01.05	Outras Obrigações	1	52
2.01.05.02	Outros	1	52
2.01.05.02.04	Outras obrigações	1	52
2.02	Passivo Não Circulante	600.057	605.338
2.02.02	Outras Obrigações	91.260	87.091
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	91.260	87.091
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	91.260	87.091
2.02.04	Provisões	508.797	518.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	916	831
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	916	831
2.02.04.02	Outras Provisões	507.881	517.416
2.02.04.02.04	Provisão para perda de investimento	507.881	517.416
2.03	Patrimônio Líquido	-193.551	-199.028
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.505.425	-1.510.902
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.731	16.315
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-797	-477
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.528	16.792
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.731	16.315
3.06	Resultado Financeiro	-3.254	-2.028
3.06.01	Receitas Financeiras	214	66
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.468	-2.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.477	14.287
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.477	14.287
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.477	14.287
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,00093
3.99.01.02	PNA	0	0,00102
3.99.01.03	PNC	0	0,00101
3.99.01.04	PND	0	0,00101

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	5.477	14.287
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.477	14.287

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-330	-2.201
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-148	-419
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-182	-1.782
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	794
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	289	1.528
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41	121
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51	1.153
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10	1.274

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.477	0	5.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.477	0	5.477
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.505.425	-87.870	-193.551

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.287	0	14.287
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.287	0	14.287
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.452.691	-87.870	-140.817

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-442	-143
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-419	-145
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23	2
7.03	Valor Adicionado Bruto	-442	-143
7.04	Retenções	-34	-8
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34	-8
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-476	-151
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.742	16.858
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.528	16.792
7.06.02	Receitas Financeiras	214	66
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.266	16.707
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.266	16.707
7.08.01	Pessoal	271	267
7.08.01.01	Remuneração Direta	65	150
7.08.01.02	Benefícios	34	20
7.08.01.03	F.G.T.S.	5	3
7.08.01.04	Outros	167	94
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50	48
7.08.02.01	Federais	50	48
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.468	2.105
7.08.03.01	Juros	3.147	2.063
7.08.03.02	Aluguéis	0	11
7.08.03.03	Outras	321	31
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.477	14.287
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.477	14.287

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.973.614	1.991.488
1.01	Ativo Circulante	755.779	745.383
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	631.963	607.270
1.01.03	Contas a Receber	64.602	69.443
1.01.03.01	Clientes	59.842	64.690
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.760	4.753
1.01.04	Estoques	21.846	22.186
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.501	17.728
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.501	17.728
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.867	28.756
1.01.08.03	Outros	17.867	28.756
1.01.08.03.01	Arrendamento mercantil	9.048	22.463
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	4.112	3.541
1.01.08.03.03	Outros créditos	4.707	2.752
1.02	Ativo Não Circulante	1.217.835	1.246.105
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	627.599	630.169
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	408.117	408.117
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	96.771	96.771
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	294.513	294.513
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16.833	16.833
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	219.482	222.052
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	9.242	8.944
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	55.543	60.718
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados	153.356	149.069
1.02.01.10.08	Outros créditos	1.341	3.321
1.02.02	Investimentos	3.443	3.443
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.443	3.443
1.02.03	Imobilizado	529.405	552.635
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	517.541	540.408
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.864	12.227
1.02.04	Intangível	57.388	59.858
1.02.04.01	Intangíveis	57.388	59.858
1.02.04.01.02	Intangível	57.388	59.858

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.973.614	1.991.488
2.01	Passivo Circulante	1.292.119	1.206.552
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	843	761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	843	761
2.01.02	Fornecedores	16.009	10.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.009	10.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.171	8.371
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.852	3.993
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	3.852	3.993
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.251	4.285
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	68	93
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.121.044	1.035.177
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.096.943	1.012.125
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.096.943	1.012.125
2.01.04.02	Debêntures	24.101	23.052
2.01.05	Outras Obrigações	146.052	151.324
2.01.05.02	Outros	146.052	151.324
2.01.05.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	872	874
2.01.05.02.05	Outras obrigações	145.180	150.450
2.02	Passivo Não Circulante	886.847	995.960
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	318.022	432.636
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	318.022	432.636
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	318.022	432.636
2.02.02	Outras Obrigações	477.354	473.277
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	302.184	302.132
2.02.02.02	Outros	175.170	171.145
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	16.896	17.076
2.02.02.02.05	Outras obrigações	0	1.983
2.02.02.02.06	Fornecedores nacionais	158.274	152.086
2.02.03	Tributos Diferidos	25.616	26.538
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.616	26.538
2.02.04	Provisões	65.855	63.509
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.713	4.191
2.02.04.01.05	Outras demandas judiciais	4.713	4.191
2.02.04.02	Outras Provisões	61.142	59.318
2.02.04.02.04	Provisões para desmobilização de ativo	51.962	50.138
2.02.04.02.05	Provisões passivo a descoberto	9.180	9.180
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-205.352	-211.024
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.505.425	-1.510.902
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-11.801	-11.996

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.547	48.624
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.636	-44.055
3.03	Resultado Bruto	6.911	4.569
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.892	-3.122
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.892	-3.120
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.019	1.447
3.06	Resultado Financeiro	3.074	16.200
3.06.01	Receitas Financeiras	49.564	48.602
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.490	-32.402
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.093	17.647
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.217	-6.762
3.08.01	Corrente	-4.140	-7.684
3.08.02	Diferido	923	922
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.876	10.885
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.876	10.885
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.477	14.287
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	195	702
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,00093
3.99.01.02	PNA	0	0,00102
3.99.01.03	PNC	0	0,00101
3.99.01.04	PND	0	0,00101

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.672	14.989
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	5.672	14.989
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.477	14.287
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	195	702

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	84.008	70.677
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.767	43.505
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.241	27.172
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.287	-696
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.028	-16.194
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.693	53.787
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	607.270	436.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	631.963	490.104

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028	-11.996	-211.024
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028	-11.996	-211.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.477	0	5.477	195	5.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.477	0	5.477	195	5.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.505.425	-87.870	-193.551	-11.801	-205.352

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.287	0	14.287	702	14.989
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.287	0	14.287	702	14.989
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.452.691	-87.870	-140.817	-11.161	-151.978

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	54.547	57.904
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	54.547	57.904
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.041	-28.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.271	-17.512
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.600	-11.106
7.02.04	Outros	-170	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	29.506	29.286
7.04	Retenções	-21.943	-18.053
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.943	-18.053
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.563	11.233
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.857	48.601
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-1
7.06.02	Receitas Financeiras	51.857	48.602
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.420	59.834
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.420	59.834
7.08.01	Pessoal	3.328	2.392
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.237	1.404
7.08.01.02	Benefícios	1.122	436
7.08.01.03	F.G.T.S.	73	78
7.08.01.04	Outros	896	474
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-246	9.054
7.08.02.01	Federais	3.844	5.418
7.08.02.02	Estaduais	-4.117	3.633
7.08.02.03	Municipais	27	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.666	33.399
7.08.03.01	Juros	26.037	24.390
7.08.03.02	Aluguéis	1.886	997
7.08.03.03	Outras	22.743	8.012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.672	14.989
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.477	14.287
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	195	702

Multiner S.A.

Relatório Trimestral 1T25

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025 ("1T25") da Multiner S.A. ("Companhia" ou "Multiner").

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência do "CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias" e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. As informações estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias, apresentadas em reais mil.

Destaques do Trimestre

	Consolidado		
	1T25	1T24	Δ %
Receita Operacional Líquida	54.547	48.624	12%
Resultado Bruto	6.911	4.569	51%
<i>Margem bruta</i>	<i>13%</i>	<i>9%</i>	<i>03 p.p.</i>
EBITDA	28.356	19.500	45%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>52%</i>	<i>40%</i>	<i>12 p.p.</i>
Lucro líquido do período	5.672	14.989	-62%

Desempenho Operacional - NEO

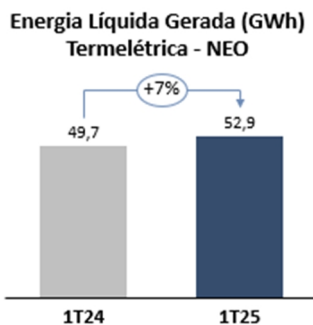
A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") possui dois parques eólicos Alegria I e II, tem capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Estão em operação comercial desde dezembro de 2010 e dezembro de 2011, respectivamente. O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPAR – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional.

No 1T25, o Parque Alegria I, atingiu geração média de 8,7 MW frente 8,1 MW no 1T24, um acréscimo de 7% entre trimestres. De forma similar, o Parque Alegria II registrou uma geração média de 15,9 MW no 1T25, frente a 15,0 MW, um ligeiro acréscimo de 6% entre trimestres.

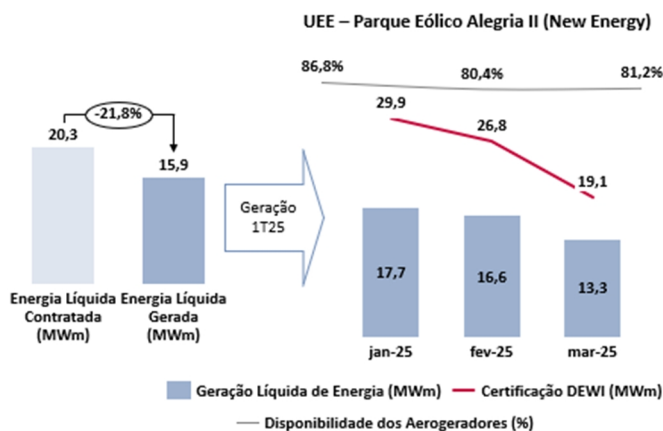
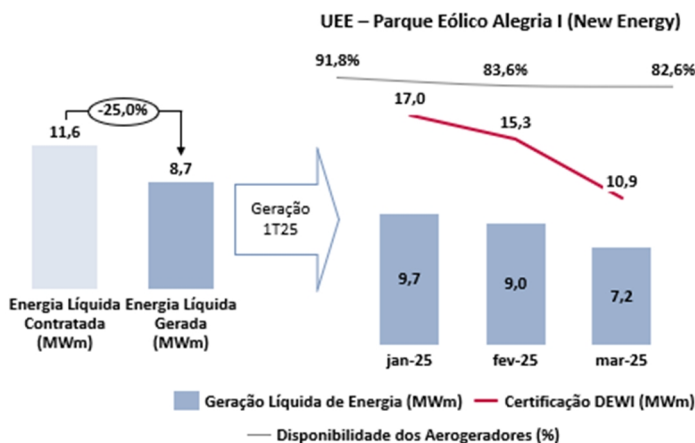
Comentário do Desempenho

A variação na geração de energia nos Parques Eólicos se deu, em sua grande maioria pela melhora na média da velocidade dos ventos em março de 2025. No 1T25 a média da velocidade dos ventos de Alegria I e II foi de 12,1 versus 11,0 no 1T24, um incremento de 10% entre períodos.

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II) no 1T25 x 1T24:



Os gráficos abaixo apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada no 1T25 dos Parques Eólicos Alegria I e II:



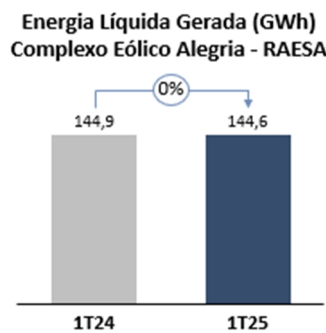
Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional - Raesa

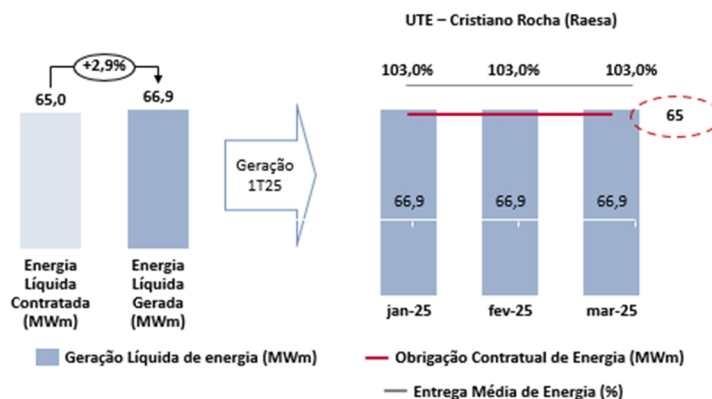
A controlada indireta Raesa, atualmente, está equipada com cinco motores WÄRTSILÄ W18V50SG, equipamentos convertidos em 2021 para operar exclusivamente com Gás Natural. Essa alteração resultou em uma melhora significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW.

No 1T25, a geração média da controlada indireta Raesa foi de 66,9 MW médios, o que reflete um índice de atendimento ao contrato de 103,0%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte é de 65,0 MW médios. O excelente desempenho operacional da usina ao longo desse período permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100,0%, mantendo-se dentro dos limites contratuais estabelecidos em 103,0%. Isso ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100,0% a Gás Natural, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos.

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh da controlada indireta Raesa no 1T25 x 1T24:



O gráfico abaixo apresenta a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada no 1T25 da controlada indireta Raesa:



Comentário do Desempenho

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o 1T25 com a controlada indireta Raesa com 1.274 dias sem acidentes com afastamento e a controlada NEO com 481 dias sem acidentes com afastamento.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro¹

	Consolidado			
	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	62.907	57.904	5.003	9%
Deduções da Receita	(8.360)	(9.280)	920	-10%
Receita operacional líquida	54.547	48.624	5.923	12%
(-) Custo operacionais	(47.636)	(44.055)	(3.581)	8%
Resultado Bruto	6.911	4.569	2.342	51%
<i>Margem bruta</i>	<i>13%</i>	<i>9%</i>		<i>03 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(3.892)	(3.120)	(772)	25%
Outras (despesas) receitas	-	(1)	1	-100%
Resultado de equivalência	-	(1)	1	-100%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	3.019	1.447	1.572	109%
Receitas financeiras	49.564	48.602	962	2%
Despesas financeiras	(46.490)	(32.402)	(14.088)	43%
Resultado financeiro líquido	3.074	16.200	(13.126)	-81%
Resultado antes do IR e CS	6.093	17.647	(11.554)	-65%
IRPJ/CSLL corrente	(5.063)	(8.606)	3.543	-41%
IRPJ/CSLL diferido	923	922	1	0%
Incentivos fiscais	3.719	5.026	(1.307)	-26%
Lucro líquido do período	5.672	14.989	(9.317)	-62%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 1T25 com uma receita operacional bruta de R\$ 62.907 mil frente a R\$ 57.904 mil no 1T24, um acréscimo de R\$ 5.003 mil ou +9% entre períodos, sendo que desta variação: (i) R\$ 4.426 mil refere-se a melhora na entrega de energia da controlada NEO, em comparação com o mesmo período em 2024; e (ii) R\$ 667 mil refere-se ao incremento da Receita com O&M da controlada indireta Raesa, referente ao contrato de suprimento de energia estabelecido junto à Amazonas Energia, a qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina.

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Venda de energia contratada* (i)	49.636	45.210	4.426	10%
Receita com operação e manutenção - O&M (ii)	13.210	12.543	667	5%
Outras receitas operacionais	61	151	(90)	-60%
Receita operacional bruta	62.907	57.904	5.003	9%

*A receita de suprimento de venda de energia da controlada Raesa está contabilizada no Resultado Financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.

¹ Em base consolidada e em milhões de reais

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 1T25 em R\$ 54.547 mil frente a R\$ 48.624 mil no 1T24, um incremento de R\$ 5.923 mil ou +12% também impactado pela melhora na entrega de energia da controlada NEO e incremento da Receita com O&M da controlada indireta Raesa apuradas no 1T25.

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	62.907	57.904	5.003	9%
PIS e Cofins sobre faturamento	(4.588)	(5.644)	1.056	-19%
ICMS s/ faturamento	(3.303)	(3.191)	(112)	4%
P&D s/faturamento	(469)	(445)	(24)	5%
Receita operacional líquida	54.547	48.624	5.923	12%

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 1T25 com os custos operacionais no patamar de R\$ 47.636 mil uma variação de R\$ 3.581 mil ou +8% frente ao montante de R\$ 44.055 mil registrado no 1T24. O acréscimo dos custos operacionais do 1T25 foi fortemente impactada por: (i) variação de R\$ (7.351) mil referente aos custos de depreciação e amortização em razão da mudança de vida útil dos ativos fixos da controlada indireta Raesa; (ii) variação de R\$ 3.991 mil dos custos de operação e manutenção tendo em vista que o reparo das pás eólicas da controlada NEO foi realizado, em sua maioria, no 1T24; (iii) variação de R\$ (627) mil da rubrica de encargos de uso e conexão ao sistema de transmissão em razão da melhora da entrega de energia das controladas no 1T25; e (iv) variação de R\$ (690) mil de aluguel de máquinas e equipamentos em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás da controlada NEO.

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Depreciação e amortização (i)	(24.614)	(17.263)	(7.351)	43%
Operação e manutenção (ii)	(13.294)	(17.285)	3.991	-23%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (iii)	(5.116)	(4.489)	(627)	14%
Salários e encargos	(1.901)	(2.025)	124	-6%
Seguros	(1.119)	(1.528)	409	-27%
Aluguel de máquinas e equipamentos (iv)	(1.188)	(498)	(690)	139%
Outros	(404)	(967)	563	-58%
Total custos operacionais	(47.636)	(44.055)	(3.581)	8%

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas do 1T25 atingiu R\$ (3.892), uma redução de R\$ 772 mil ou -25% em relação ao montante de R\$ (3.120) mil registrado no 1T24.

Comentário do Desempenho

A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia foi impactada por: (i) variação de R\$ 90 mil de serviços de terceiros na controlada NEO, em razão da necessidade da contratação de assessor técnico para subsidiar o FIP Multiner diante da reorganização societária em curso e (ii) variação de R\$ (350) mil na rubrica de pessoal e administradores, que reflete a reestruturação administrativa ocorrida a partir de maio de 2023.

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Serviços de terceiros (i)	(1.912)	(1.822)	(90)	5%
Pessoal e administradores (ii)	(1.085)	(735)	(350)	48%
(Provisão) de passivos contingentes	(170)	-	(170)	0%
Outras despesas	(725)	(563)	(162)	29%
Total despesas gerais e administrativas	(3.892)	(3.120)	(772)	25%

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas não apresentou saldo relevante no período.

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Outras receitas (despesas)	(1)	(1)	-	0%
Total outras receitas e despesas operacionais	(1)	(1)	-	0%

EBITDA

No 1T25 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 28.356 mil frente a R\$ 19.500 mil no 1T24, um incremento de R\$ 8.856 mil ou +45%. Apesar da redução do lucro líquido apurado no período, o incremento na receita operacional da Companhia, garantiu uma margem EBITDA de 52%, estando assim 12 pontos percentuais acima da Margem EBITDA apurada no 1T24 de 40%.

EBITDA	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Lucro líquido do exercício	5.672	14.989	(9.317)	-62%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	(3.074)	(16.200)	13.126	-81%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	421	2.658	(2.237)	-84%
(+) depreciação, amortização e exaustão	25.337	18.053	7.284	40%
EBITDA	28.356	19.500	8.856	45%
Margem EBITDA	52%	40%		12 p.p.

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o 1T25 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 1.439.066 mil, montante 2% menor ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.467.813 mil. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o 1T25 com R\$ 631.963 mil versus R\$ 607.270 mil em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 24.693 mil. Com isso, o saldo final apurado da dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 807.103 mil no 1T25 frente a R\$ 860.543 mil em 31 de dezembro de 2024.

	31.03.2025	31.12.2024	Δ R\$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	631.963	607.270	24.693	4%
Caixa	204	1.445	(1.241)	-86%
Aplicações Financeiras	631.759	605.825	25.934	4%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	1.439.066	1.467.813	(28.747)	-2%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(807.103)	(860.543)	53.440	-6%

Debêntures

No 1T25 o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R\$ 24.101 mil (R\$ 23.052 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo contabilizado 100% no passivo circulante.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 1T25 atingiu o saldo líquido de R\$ 3.074 mil, estando 81% abaixo ou R\$ 13.126 mil, do saldo apurado no 1T24 de R\$ 16.200 mil. As principais variações apuradas nas receitas e despesas financeiras entre períodos foram: (i) R\$ 8.908 mil decorrente do incremento da remuneração das aplicações financeiras; (ii) R\$ (6.186) mil decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente a receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre Raesa e Amazonas Energia; e (iii) a variação de R\$ 11.921 mil de juros e variação monetária das debêntures em razão do indexador IGP-M que no 1T25 foi positivo em 9,33% e no 1T24 foi negativo em 4,26%.

Comentário do Desempenho

	1T25	1T24	Δ R\$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira (i)	22.936	14.028	8.908	63,5%
Receita e juros de arrendamento financeiro (ii)	24.470	30.656	(6.186)	-20,2%
Bônus adimplência	1.602	2.075	(473)	-22,8%
Outras receitas financeiras	556	1.843	(1.287)	-69,8%
Total receitas financeiras	49.564	48.602	962	2%
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures (iii)	(33.788)	(21.867)	(11.921)	54,5%
Acréscimos contratuais	(6.193)	(5.523)	(670)	12,1%
Atualização de arrendamentos	(704)	(765)	61	-8,0%
Provisão para desmobilização	(1.575)	(1.367)	(208)	15,2%
Outras despesas financeiras	(4.230)	(2.880)	(1.350)	46,9%
Total despesas financeiras	(46.490)	(32.402)	(14.088)	43%
Total resultado financeiro	3.074	16.200	(13.126)	-81%

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025 e com as opiniões expressas no relatório de revisão de informações intermediárias da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A, e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail:

ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.



1. Contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: **(i)** 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela *Planner* Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: **(i)** Ações Ordinárias: 51,91% detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e **(ii)** Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em **(i)** usinas de geração de energia termoeleétrica a gás natural ("UTE") e **(ii)** usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 243,55 MWh² de capacidade instalada em 31 de março de 2025.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") – UTE Cristiano Rocha (i)	GNL	Em operação	Resolução nº	20/05/2005	20/05/2025(i)	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

- (i) A controlada indireta RIO AMAZONAS ENERGIA S/A, celebrou em 20/05/2005, na qualidade de contratada, o contrato de suprimento de energia elétrica, de produtor independente de energia (PIE) com a então denominada MANAUS ENERGIA S.A., atual ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte S.A.), na qualidade de contratante, na modalidade BOT (*Build, Operate and Transfer*), ou seja, responsável pela realização de investimentos em bens e instalações e a obrigação de projetar, construir, operar, manter e, ao final, transferir ao contratante a usina e equipamentos de conexão. O prazo de vigência deste contrato é de 20 anos, com término em 20/05/2025, quando o empreendimento (ativos) deverá ser revertido (transferência de titularidade) ao patrimônio da contratante.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$ 193.551 (R\$ 199.028 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R\$ 205.352 (R\$ 211.024 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.505.425 (R\$ 1.510.902 em 31 de dezembro de 2024), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 24.268 (R\$ 23.212 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R\$ 547.305 (R\$ 461.169 em 31 de dezembro de 2024), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização.

² Informação não financeira não auditada.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, mas cuja definição final envolve acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa no 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que a subsidiária New Energy Options Geração de Energia S.A. possui contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2. Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

No exercício de 2024, diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$ 302.132, conforme Notas Explicativas nos 1.4 e 8.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas as debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

Até a data desse relatório, o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de continuidade.

1.3. Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei no 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia, ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.4. Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas conversíveis e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada indireta RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner), Postalís e Spesi (NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A. controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito às negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes a 31 de março de 2025, foram preparadas de acordo com a NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITRs). Essas informações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2025 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 14 de maio de 2025.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas nas Notas Explicativas nºs 3 e 13, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o período findo em 31 de março de 2024.

3. Entidades do Grupo

Controladas diretas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Participação acionária	
	31/03/2025	31/12/2024
New Energy Options Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de março de 2025. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%, conforme demonstrado a seguir:

Controladas indiretas	Participação acionária	
	31/03/2025	31/12/2024
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	96,04%	96,04%

Controlada em conjunto ("joint ventures")

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Controladas em conjunto	Participação acionária	
	31/03/2025	31/12/2024
Companhia Energética do Uruguai S.A. – ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) Iraí, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia até 2025.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Bancos	7	47	204	1.445
Aplicação financeira (i)	3	4	631.759	605.825
Total	10	51	631.963	607.270

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 100,82% do CDI em 31 de março 2025 (100,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	37.014	41.862
Empresa Brasileira de Part. Em Energia Nuclear e BIN S.A. (ii)	26.131	26.131
Outras contas a receber	4.760	4.753
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(3.303)	(3.303)
Total	64.602	69.443
Circulante	64.602	69.443

- (i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de março de 2025 a ser liquidado até maio de 2025;
- (ii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de fevereiro a março de 2025, a serem liquidados em abril e maio de 2025, respectivamente; e
- (iii) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a, R\$393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST da controlada indireta RAESA e R\$ 2.910 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativa à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, da controlada NEO, apresentados em outras contas a receber.

5.1. Movimentação do PECLD

A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.303	17.025
Reversão (iv)	-	(13.728)
Adições	-	6
Saldo em 31 de março de 2025	3.303	3.303

- (iv) Refere-se ao reembolso da Conta de Consumo de Combustível – CCC, que após o reprocessamento pela CCEE, foi solicitado a devolução de valores pela controlada indireta RAESA. No decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 a controlada indireta RAESA obteve êxito parcial pelo reprocessamento do CCC pela CCEE, e de acordo com o fluxo de recebimento reverteu a totalidade da perda esperada de créditos de liquidação.

6. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	10	9	3.502	2.939
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	610	602
Total	10	9	4.112	3.541
Circulante	10	9	4.112	3.541

- (i) Refere-se, substancialmente, a adiantamentos com o fornecedor "Grid Solutions", referente à aquisição de peças para manutenção preventiva na controlada indireta RAESA.
- (ii) Refere-se a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens que serão aplicados em máquinas e equipamentos na controlada indireta RAESA.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
IRPJ (i)	123	123	33.767	41.309
IRRF (i)	42	42	7.835	7.007
CSLL (i)	-	-	11.264	8.798
COFINS (ii)	95	103	18.180	17.375
PIS (ii)	22	24	3.814	3.773
Outros impostos a recuperar	1	1	184	184
Total	283	293	75.044	78.446
Circulante	283	293	19.501	17.728
Não circulante	-	-	55.543	60.718

- (i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada indireta RAESA que detém R\$ 42.352 (R\$ 47.856 em 31 de dezembro de 2024) de créditos dos períodos de 2009 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$ 25.521 (R\$ 24.236 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até março de 2025, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$ 8.021 (R\$ 5.605 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PER/DCOMP, sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício.
- (ii) A controlada indireta RAESA registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada indireta RAESA apurou o montante de contribuições a recuperar de R\$17.564, acrescidos de atualização pela SELIC. O saldo corrigido até março de 2025 é de R\$ 21.215 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024). Por essas razões a controlada indireta RAESA está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

Consolidado	
31.03.2025	
2025	19.501
2026	55.543
A partir de 2027	-
Total	75.044



Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

8.1. Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora					Consolidado				
	31.03.2025		31.12.2024			31.03.2025		31.12.2024		
	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar
2007 Participações S.A.	150	-	-	148	-	-	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	324.617	-	-	324.617	-	324.617	-	-	324.617	-
Central Energética Palmeiras S.A. (ii)	65.158	-	-	65.158	-	65.158	-	-	65.158	-
Cia Energética do Uruguai S.A. (iii)	19.256	-	-	19.256	-	19.256	-	-	19.256	-
Hidrotérmica S.A.	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-
Vêneto S.A.	-	11	-	-	-	-	11	-	-	-
Da Ilha Energética S.A.	-	26	-	-	-	-	26	-	-	-
Criuva Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Serrana Energética S.A.	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-
Boa Fé Energética S.A.	-	8	-	-	-	-	8	-	-	-
São Paulo Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Rio Amazonas Energética S.A.	-	1.084	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar (iv)	-	-	14.067	-	14.067	-	-	14.067	-	14.067
New Energy Options Geração de Energia S.A. (v)	816	-	14.612	226	15.093	-	-	-	-	-
Postalis (vi)	-	-	-	-	-	-	288.065	-	-	288.065
Rio Amazonas Energia S.A.	121	-	61.445	-	57.931	-	-	-	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. (vii)	33.126	-	-	33.126	-	33.126	-	-	33.126	-
Total	445.114	1.136	90.124	444.401	87.091	442.157	52	302.132	442.157	302.132
<i>Provisão para valor recuperável</i>										
(-) Provisão para perda - Bolognesi	(30.104)	-	-	(30.104)	-	(30.104)	-	-	(30.104)	-
(-) Provisão para perda - Outros (não consolida)	(3.001)	-	-	(3.001)	-	(3.001)	-	-	(3.001)	-
(-) Provisão para perda - Outros (consolida)	(935)	-	-	(935)	-	(935)	-	-	(935)	-
	(34.040)	-	-	(34.040)	-	(34.040)	-	-	(34.040)	-
Total	411.074	1.136	90.124	410.361	87.091	408.117	52	302.132	408.117	302.132



Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	31.03.2025		31.12.2024		31.03.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	1.136	-	-	-	52	-	-
Partes relacionadas	-	90.124		87.091	-	302.132	-	302.132
Empréstimos recebidos (obtidos)	411.074		410.361	-	408.117	-	408.117	-
Total	411.074	91.260	410.361	87.091	408.117	302.184	408.117	302.132

- (i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	324.617	324.617

- (a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme, a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (Nota Explicativa 1.2).

- (b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado.
- (ii) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2);
- (iii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$ 7.030, mais juros e IOF de R\$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R\$ 384;
- (iv) Refere-se à liquidação de debêntures detidas pela Fundiágua em face da controladora Multiner S.A em conversão de capital, as quais foram declaradas inexigíveis, de acordo com sentença arbitral proferida em abril de 2022;
- (v) Saldo de R\$ 816 em 31 de março de 2025 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2024);

- (vi) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital da controlada NEO, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes (Bolognesi e FIP Multiner), estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em maio de 2022, as partes (Bolognesi e FIP Multiner) firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2, e dessa forma, controlada NEO reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a controlada NEO e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores jurídicos
- (vii) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R\$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2).

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis nas controladas NEO e Raesa e das Debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.2.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referente ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R\$ 990 (R\$ 4.991 em 31 de dezembro de 2024).



Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalis (i)	-	-	288.065	288.065
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	62.529	57.931	-	-
New Energy Options S.A. (ii)	14.612	15.093	-	-
Outras empresas do Grupo	52	-	-	-
Total	91.260	87.091	302.132	302.132

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores, o montante de R\$ 89.152 da controlada indireta Raesa apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas foi reclassificado para empréstimos e financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 18);
- (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	31.03.2025	31.03.2024
Rio Amazonas Energia S.A.	1.847	(266)
Cia Energética do Uruguai S.A.	-	7
New Energy Options S.A.	445	(1.329)
Total	2.292	(1.588)

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Administradores (pró-labore)	760	162
Conselho de Administração e Fiscal	138	331
Total	898	493

9. Arrendamento

9.1. Arrendamento – arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e com a Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 31 de março de 2025 e 2024, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. O saldo do arrendamento a receber em 31 de março de 2025, é apresentado por seu valor original, acrescido da taxa de retorno de 5,73% a.a., e deduzido da parcela histórica dos valores recebidos ao longo do contrato.

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Leasing financeiro	9.048	22.463
Total	9.048	22.463
Circulante	9.048	22.463

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Saldo inicial	22.463	65.713
Baixas	252	(2.637)
Receita financeira	-	2.817
Amortização	(13.667)	(43.430)
Saldo final	9.048	22.463

O fluxo de pagamento pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Até 1 ano	9.048	22.463
Total	9.048	22.463

Considerando que a controlada indireta RAESA espera utilizar os ativos, enquanto houver contrato de suprimento de energia firmado entre as partes, e prevê a reversão da UTE Cristiano Rocha para Amazonas GT ao término contratual, previsto para ocorrer em maio de 2025, a vida útil estimada está limitada a maio de 2025, quando se encerra esse contrato.

O aumento da amortização (conforme Nota Explicativa nº 24 (iv)) deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, e foi alterada para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que finda em maio de 2025.

9.2. Arrendamento – arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Saldo inicial	-	106	17.950	18.670
Amortização	-	(106)	(1.043)	(3.679)
Remensuração	-	-	861	2.959
Saldo final	-	-	17.768	17.950
Circulante			872	874
Não circulante			16.896	17.076

Direito de uso	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.227
Amortização	(521)
Atualização	158
Saldo em 31 de março de 2025	11.864
Circulante	-
Não circulante	11.864

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo em sua maioria, com término em 2030.

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Saldo inicial	17.950	18.670
Variação monetária/juros	861	2.959
Pagamentos	(1.043)	(3.679)
Saldo final	17.768	17.950
Circulante	872	874
Não circulante	16.896	17.076

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

Em 31 de março de 2025, são conforme segue:

	Fluxo de pagamentos futuro	
	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
1 ano	872	874
2 anos	1.744	1.988
3 anos	2.616	2.982
4 a 5 anos	4.360	4.590
Mais de 5 anos	8.176	7.516
Total	17.768	17.950

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o período findo em 31 de março de 2025, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R\$ 481 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

10. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
New Energy Options Geração de Energia S.A.	6.401	6.325
Rio Amazonas Energia S.A.	25.643	26.059
(-) Provisão para perdas de estoques (i)	(10.198)	(10.198)
Total	21.846	22.186

- (i) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido a conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural.

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	840	840	840
Santa Rita/PB	2.603	2.603	2.603	2.603
Total	3.443	3.443	3.443	3.443

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos considerando a reversão do *impairment* no montante de R\$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R\$ 3.443. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
<i>Power Purchase Agreement</i> ("PPA") (i)	-	-	56.502	58.897
Software	19	20	773	848
Outros intangíveis	113	113	113	113
Total	132	133	57.388	59.858

(i) Refere-se ao intangível identificado relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da investida NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 30 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2030 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Projetos	Software	Total	PPA 1	Software	Outros
Saldo em 31.12.2024	113	20	133	58.897	848	113
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(1)	(1)	(2.395)	(75)	-
Saldo em 31.03.2025	113	19	132	56.502	773	113

13. Investimento e provisão para perda de investimentos

13.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de Investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das investidas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 31/03/2025	2007 Participações S.A (i)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	701.201	53.936	-	85	11	1	-	-	
Ativo não circulante	156.559	717.214	11.122	22.391	6.009	-	-	-	
Passivo circulante	1.019.477	246.963	-	244	35	583	2	1	
Passivo não circulante	158.423	705.174	24.055	56.696	1.020	109	8	9	
Resultado do exercício	4.957	5.110	-	(273)	(7)	(62)	-	-	
Patrimônio líquido	(297.341)	(180.987)	(12.934)	(31.464)	4.965	(691)	(10)	(10)	
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(287.041)	(166.795)	(9.181)	(29.105)	-	(601)	(6)	(8)	(492.737)
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	6.763	-	-	-	6.763
Equivalência patrimonial	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(26.471)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(290.299)	(186.097)	(9.180)	(31.190)	-	(630)	(9)	(11)	(517.416)
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	4.971	-	-	-	4.971
Equivalência patrimonial	4.761	5.109	-	(273)	(7)	(62)	-	-	9.528
Provisão para perda de investimento em 31/03/2025	(285.538)	(180.988)	(9.180)	(31.463)	-	(692)	(9)	(11)	(507.881)
Investimentos em 31/03/2025	-	-	-	-	4.964	-	-	-	4.964

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta RAESA.

13.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 31 de março de 2025, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$ 9.180.

13.3. Controladora – ativo

	Monte Pascoal
Investimento em 31/12/2024	4.971
Equivalência patrimonial	(7)
Investimento em 31/03/2025	4.964

14. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
CDBs – BNB (i)	96,15% CDI	-	-	29.993	29.135
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	96,15% CDI	-	-	62.248	60.502
Daycoval (i)	100% CDI	-	-	39.620	38.451
Bradesco (i)	100,5% CDI	-	-	12.007	11.658
Genial (ii)	100% CDI	-	-	5.797	5.629
Conta reserva garantia (ONS) (iii)	98% CDI	-	-	3.691	3.694
Total		-	-	153.356	149.069

- (i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente. Os saldos nas instituições Daycoval e Bradesco referem-se à aplicação financeira em garantia a Carta Fiança emitida por essas instituições em favor do BNB;
- (ii) Conta Escrow constituída conforme cláusulas contratuais, vinculado ao credor Celos, onde serão realizados 6 (seis) aportes semestrais, de acordo com a parcela do mês para resgate ao final do contrato da controlada NEO; e
- (iii) O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Dessa forma, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pelas controladas da Companhia, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.

15. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Controladora	
					31.03.2025	31.12.2024
					Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	-	(28)	12	12
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	-	(656)	175	181
Total		871	-	(684)	187	193

Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Consolidado	
					31.03.2025	31.12.2024
					Valor residual	Valor residual
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	10,8%	112.567	-	(100.985)	11.582	23.787
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	1,0%	1.079.542	-	(601.944)	477.598	487.859
Móveis e utensílios	2,36%	127	-	(91)	36	39
Custo para Desmobilização (iv)	1,2%	11.337	-	(6.219)	5.118	5.258
Mais Valia (PPANEO) (v)	3,3%	30.830	-	(7.623)	23.207	23.465
Total		1.234.403	-	(716.862)	517.541	540.408

- (i) Investimento da controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes;
- (ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R\$ 42.664 – Itapebi, R\$ 1.028 – Monte Pascoal, R\$ 10.307 – Termopower V, e R\$ 81 – Termopower VI).
- (iii) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da controlada NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;
- (iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA conforme Nota Explicativa nº 19;
- (v) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da controlada NEO no exercício de 2017;

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	182	11	193
Baixas	-	1	1
Depreciação	(7)	-	(7)
Saldo em 31 de março de 2025	175	12	187

Itens	Consolidado					Total
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo de desmobilização	Mais valia	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.787	487.859	39	5.258	23.465	540.408
Depreciação	(12.205)	(10.261)	(3)	(140)	(258)	(22.867)
Saldo em 31 de março de 2025	11.582	477.598	36	5.118	23.207	517.541

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Fornecedor nacional (i)	134	137	170.163	158.599
Fornecedor internacional	-	-	1.690	1.675
Outros fornecedores	-	-	2.430	2.731
Total	134	137	174.283	163.005
Circulante	133	137	16.009	10.919
Não circulante	-	-	158.274	152.086

- (i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente a dívida da controlada indireta RAESA junto à Vibra Energia no montante original de R\$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R\$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: R\$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R\$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última em maio de 2025. Durante o primeiro trimestre de 2025 e 2024 foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 2.304 e reconhecido a atualização financeira por INPC no montante de R\$ 6.188 (R\$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024);

O pagamento do saldo remanescente de R\$ 99.000, está condicionado a obtenção de decisão favorável à RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R\$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R\$89.000 recebidos até dezembro de 2023. O saldo atualizado do CCC-ISOL em 31 de março de 2025 é de R\$ 158.402 (R\$ 154.518 em 31 de dezembro de 2024).

17. Obrigações tributárias e impostos diferidos

17.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
IOF a recolher	436	436	443	454
ICMS a recolher	-	-	4.251	4.285
CSLL a recolher	-	-	738	-
COFINS a recolher	-	-	1.539	2.275
PIS a recolher	-	-	329	452
IRRF retido a recolher	-	-	55	46
PCC retido a recolher	3	3	201	175
INSS retido a recolher	-	-	538	531
Outros	-	-	9	-
ISS retido a recolher	-	-	68	93
Parcelamento tributos federais	-	-	-	60
Total	439	439	8.171	8.371
Circulante	439	439	8.171	8.371

17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle e ações da investida NEO a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Impostos diferidos – passivo	25.616	26.538
Total	25.616	26.538
Circulante	-	-
Não circulante	25.616	26.538

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Até 31 de dezembro de 2025	3.687	3.687
Após 2026	21.929	22.851
Total	25.616	26.538



Notas Explicativas

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2025 é composto da seguinte forma:

				Controladora					
				31.03.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.101	24.101	-	23.052	23.052	-
		Total	3.000	24.101	24.101	-	23.052	23.052	-

Consolidado						
Modalidade	31.03.2025			31.12.2024		
	Empréstimo	Custo de Captação	Total do Passivo	Empréstimo	Custo de Captação	Total do Passivo
Debêntures	24.101	-	24.101	23.052	-	23.052
CCBs	1.153.185	(2.717)	1.150.468	1.172.003	(2.760)	1.169.243
Financiamento	266.911	(2.414)	264.497	278.363	(2.845)	275.518
Total	1.444.197	(5.131)	1.439.066	1.473.418	(5.605)	1.467.813



				Consolidado					
				31.03.2025			31.12.2024		
Financiadores /			Valor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor	Saldo	Saldo Devedor	Saldo Devedor
Credores	Empresa	Atividade	Contratação	Devedor	Circulante	Não Circulante	Devedor	Circulante	Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.101	24.101	-	23.052	23.052	-
FIDIC (1º emissão) (i)	RAESA	CCBs	138.000	534.187	534.187	-	549.270	460.118	89.152
FIDIC (2º emissão) (i)	RAESA	CCBs	54.090	55.542	55.542	-	53.307	53.307	-
Fundos de Pensão (2º emissão) (i)	RAESA	CCBs	12.000	409.418	409.418	-	408.136	405.934	2.202
Fundos de Pensão	NEO	CCBs	231.200	154.038	56.601	97.437	161.289	53.256	108.033
Banco do Nordeste do Brasil (ii)	NEO	Financiamento	648.749	266.911	57.291	209.620	278.364	42.270	236.094
		Total	1.087.039	1.444.197	1.137.140	307.057	1.473.418	1.037.937	435.481
		Custo de Captação		(5.131)	(5.131)	-	(5.605)	(2.760)	(2.845)
		Total	1.087.039	1.439.066	1.132.009	307.057	1.467.813	1.035.177	432.636

- (i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. Néos, Spesi, Celos, e Spesi I, estão com suas negociações em andamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I, sobre a cessão de crédito entre Postalís (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nºs 4883,4884 e 4885, o montante de R\$ 89.152 apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas (conforme Nota Explicativa nº 8) foi reclassificado para empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Faceb foi incorporada pela Néos Previdência Complementar. No período findo em 31 de março de 2025 a controlada indireta Raesa foi comunicada pela Spesi I, sobre a cessão de crédito entre Prece (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias.
- (ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Consolidado				
			Valor Contratação	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	9,50% a.a + IGPM	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	3.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	20/04/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	4.000	9% a.a + IGP-M	26/09/2006	26/09/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/09/2006	27/09/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	28/09/2006	28/09/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	29/09/2006	29/09/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	29/09/2006	29/09/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	02/10/2006	02/10/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	02/10/2006	02/10/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	03/10/2006	03/10/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	03/10/2006	03/10/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	25/10/2006	25/10/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/10/2006	27/10/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	30/10/2006	30/10/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	06/11/2006	06/11/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	06/11/2006	06/11/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	14/11/2006	14/11/2016	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	16/11/2006	16/11/2016	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	5.000	9% a.a + IGP-M	17/11/2006	17/11/2016	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	21/11/2006	21/11/2016	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.500	9% a.a + IGP-M	27/11/2006	27/11/2016	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	14/12/2006	14/12/2016	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	20/12/2006	20/12/2016	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.500	9% a.a + IGP-M	22/12/2006	22/12/2016	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.090	9% a.a + IGP-M	22/12/2006	22/12/2016	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.000	9% a.a + IGP-M	28/12/2006	28/12/2016	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/12/2006	27/12/2016	15/01/2027
Celos	Raesa	CCB	12.000	8% a.a + IGPM	10/10/2006	10/10/2016	15/10/2026
Celos	Neo	CCB	20.000	8% a.a + IGP-M	06/05/2008	25/06/2010	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	5.000	9% a.a + IGP-M	14/05/2008	14/05/2008	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	12.200	9% a.a + IGP-M	01/08/2008	01/08/2008	25/08/2028
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Petros	Neo	CCB	100.000	9,65% + IGP-M	07/05/2008	07/05/2008	25/05/2028
Postalís Conversível	Neo	CCB	50.000	9% a.a + IGP-M	14/12/2007	14/12/2007	25/10/2027
Postalís Conversível	Neo	CCB	38.000	9% a.a + IGP-M	25/06/2008	25/06/2008	25/10/2027
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	250.000	7,5% a.a.	22/09/2009	22/01/2021	22/09/2029
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	398.749	7,5% a.a.	22/09/2009	23/01/2021	23/12/2030
Total			1.087.039				

Cláusulas restritivas - covenants

Em decorrência da reestruturação financeira, conforme Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e suas subsidiárias estão negociando junto aos credores para que parte das dívidas consolidadas, ainda remanescentes, sejam convertidas em capital ou alongadas.

As CCBs da controlada indireta RAESA, possuem determinadas cláusulas restritivas que de acordo com a reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado, com exceção das CCBs da Celos Multifuturo Fundo de Investimento Multimercado. A Companhia reforça que existem tratativas de acordo em andamento, todavia ainda não finalizadas, atendendo ao princípio de conservadorismo, as CCBs foram reclassificadas para circulante e, definido o fluxo pós negociação terá seu devido tratamento.

A controlada NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ("Petros").

Em 31 de março de 2025, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- Hipoteca do terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2, no que se refere o acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs que se encontram vencidas junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 31 de março de 2025, nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

19. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Provisão para desmobilização	80.345	78.769
(-) AVP do custo de desmobilização	(28.383)	(28.631)
Total	51.962	50.138

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024
Saldo inicial	50.138	40.208
(+) Atualização monetária do custo	1.576	7.020
(+) Realização do AVP	248	2.910
(=) Saldo final	51.962	50.138

20. Outros créditos e outras obrigações

20.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Despesas antecipadas (i)	27	58	4.487	2.522
Outros créditos LP - AFAC (ii)	3.612	3.321	1.341	3.321
Depósitos judiciais (iii)	7.362	7.100	9.242	8.944
Outros créditos CP	216	216	220	230
Total outros créditos	11.217	10.695	15.290	15.017
Circulante	243	274	4.707	2.752
Não circulante	10.974	10.421	10.583	12.265

(i) O aumento em despesas antecipadas está concentrado na controlada indireta RAESA e refere-se à renovação do seguro operacional por um período de 18 meses, vincendo em 31 de maio de 2025;

(ii) Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital das investidas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da investida CEU que está em discussão entre os Administradores. Do saldo apresentado em 31 de março de 2025, o montante de R\$291 foi constituído durante o primeiro trimestre de 2025;

(iii) Na controladora o valor de R\$ 7.362 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente às transações entre partes relacionadas, e no consolidado o valor de R\$ 195 está concentrado na controlada NEO, R\$ 1.685 da controlada indireta RAESA sobre contingências com fornecedor de equipamentos dos parques eólicos.

20.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
P&D (i)	-	-	8.963	8.608
Suprimento de energia elétrica (ii)	-	-	131.731	135.258
CUST transmissão	-	-	1.618	1.619
Provisões diversas	1	52	2.868	6.948
Obrigações sociais e trabalhistas	140	159	843	761
Total outras obrigações	141	211	146.023	153.194
Circulante	141	211	146.023	151.211
Não circulante	-	-	-	1.983

- (i) Refere-se a provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. Em 01 de julho de 2024 o projeto foi finalizado e realizado o encontro de contas com ativo de P&D;
- (ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência a indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 23).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos as ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de março de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 855.828 integralizado e R\$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Acionistas	Quantidade		Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
Total	14.721.297	100%	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferencias de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R\$ 543.916 em 31 de março de 2025.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente a transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 87.870.

e) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.2.

A tabela a seguir apresenta o lucro líquido básico por ação em 31 de março de 2025 e 2024:

	Controladora	
	31.03.2025	31.03.2024
Lucro líquido do período	5.477	14.287
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
Lucro básico por ação		
Lucro básico por ação ordinária	0,00036	0,00093
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	0,00039	0,00102
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,00039	0,00101
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,00038	0,00100
Composição do Lucro:		
Lucro básico por ação ordinária	2.801	7.306
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	2.676	6.981
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,0004	0,0010
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,0004	0,0010
Total	5.477	14.287

22. Passivos contingentes

22.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhista (i)	916	831	916	831
Cível (ii)	-	-	438	419
Fundiário (iii)	-	-	2.727	2.416
Administrativo (iv)	-	-	632	525
Total	916	831	4.713	4.191

- (i) As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas.

- (ii) A controlada New Energy possui dois processos judiciais de natureza cível. A classificação de risco na controlada, em 31 de março de 2025, é provável no valor de R\$ 438 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) A controlada New Energy possui contingências de natureza fundiária. A classificação de risco na controlada, em 31 de março de 2025, é provável no valor de R\$ 2.727 (R\$ 2.416 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) A controlada New Energy possui um processo administrativo, de natureza tributária, referente à cobrança de taxa de licença da atividade industrial de geração de energia elétrica com base em fonte eólica, pelo Município de Macau/RN. A classificação de risco na controlada, em 31 de março de 2025, é provável no valor de R\$ 632 (R\$ 525 em 31 de dezembro de 2024).

22.2. Causas possíveis

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R\$ 50.920 na controladora (R\$ 45.779 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 282.259 no consolidado (R\$ 263.143 em 31 de dezembro de 2024), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cível (i)	43.080	39.137	220.059	206.009
Trabalhista (ii)	1	1	728	727
Fundiário (iii)	-	-	20	19
Tributário (iv)	7.839	6.641	57.767	48.873
Regulatório (v)	-	-	7.685	7.515
Total	50.920	45.779	286.259	263.143

- (i) A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R\$ 220.059 em 31 de março de 2025 (R\$ 206.009 em 31 de dezembro de 2024). As demandas cíveis com probabilidade possível, resumem-se à:
- Ação de Execução por título extrajudicial movida por Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar em face da Companhia, decorrente de suposto crédito de debêntures vencidas. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 43.080. (R\$ 39.137 em 31 de dezembro de 2024).
 - Ação de Cobrança movida pela Construtora Jole em face da controlada Pernambuco IV. As Partes firmaram acordo, o qual já foi devidamente cumprindo, no entanto, permanece discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 706 (R\$ 673 em 31 de dezembro de 2024).
 - Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Spesi em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 176.273 (R\$ 166.198 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) A controlada New Energy possui 07 processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 728 (R\$ 727 em 31 de dezembro de 2024), os quais são pleiteados o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros. A Controlada New Energy é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros;
- (iii) A controlada New Energy possui 01 processo judicial de natureza fundiária, com valor em risco em 31 de março de 2025 de R\$ 20 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2024), cujo objeto versa em obrigação de prestação de contas referente aos contratos de arrendamento do Parque Eólico;

(iv) A Companhia e as controladas possuem processos administrativos e processos tributários, com valor em risco em 31 de março de 2025 de R\$ 57.767 (R\$ 48.873 em 31 de dezembro de 2024). As demandas tributárias, com probabilidade possível, resumem-se à:

- a. Ação de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Companhia para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras "IOF" do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 7.839 (R\$ 6.640 em 31 de dezembro de 2024);
- b. Processos Administrativos decorrente de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentadas pela controlada New Energy. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 4.225 (R\$ 4.016 em 31 de dezembro de 2024);
- c. Processos Administrativos movidos pelo Município de Guamaré/RN em face da controlada New Energy, referente à cobrança de taxa de localização e funcionamento dos aerogeradores localizados no município. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 602 (R\$ 594 em 31 de dezembro de 2024);
- d. Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da controlada New Energy, referente a exigência de Contribuição ao PIS e COFINS, competência 2011. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 3.593 (R\$ 2.716 em 31 de dezembro de 2024).
- e. Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2021 em razão de suposta exclusão indevida no ato de apuração destes tributos relativos à variação monetária de empréstimos e financiamentos que foram objeto de provisão; e de valores de reembolso, recebidos a título de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"). O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 32.891 (R\$ 32.530 em 31 de dezembro de 2024) da controlada indireta RAESA.
- f. Processos Administrativos decorrente de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentadas pela controlada indireta RAESA. O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 6.172
- g. Auto de Infração lavrado pela Delegado da Receita Federal do Brasil em face da controlada indireta RAESA, referente à cobrança de IOF sobre operações de crédito efetuadas pela controlada, O valor em risco em 31 de março de 2025 é de R\$ 2.507 (R\$ 2.377 em 31 de dezembro de 2024).

(v) A controlada indireta RAESA possui processo judicial de natureza regulatória, em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela controlada indireta RAESA. Em setembro de 2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da controlada indireta RAESA em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela controlada indireta RAESA, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 31 de março de 2025 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 6.962 (R\$ 6.806 em 31 de dezembro de 2024).

23. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Vendas de energia contratada (i)	74.708	73.330
Suprimento de energia elétrica (ii)	(25.072)	(28.120)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	13.210	12.543
Mercado de curto prazo CCEE	61	151
Total receita operacional bruta	62.907	57.904
P&D s/faturamento	(469)	(445)
PIS s/ faturamento	(818)	(1.007)
COFINS s/ faturamento	(3.770)	(4.637)
ICMS s/ faturamento	(3.303)	(3.191)
Total deduções da receita	(8.360)	(9.280)
Total receita operacional líquida	54.547	48.624

- (i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e BIN S.A.;
- (ii) Durante o primeiro trimestre de 2025 houve uma entrega inferior ao realizado com relação ao mesmo período de 2024. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA; e
- (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

23.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e receita de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31.03.2025		31.03.2024	
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Fontes eólicas	Fontes térmicas
Vendas de energia contratada	74.708	-	73.330	-
Suprimento de Energia Elétrica	(25.072)	-	(28.120)	-
Receita com operação e manutenção – O&M	-	13.210	-	12.543
Mercado de curto prazo CCEE	-	61	-	151
Total receita operacional bruta	49.636	13.271	45.210	12.694

23.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	64.602	69.443
Suprimento de energia elétrica (Nota Explicativa nº 20.2 (ii))	131.731	135.258

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

23.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Arelado a obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e manutenção da Usina e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

24. Custos operacionais

	Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (i)	(5.116)	(4.489)
Operação e manutenção (O&M) (ii)	(13.294)	(17.285)
Pessoal e encargos (iii)	(1.901)	(2.025)
Seguros	(1.119)	(1.528)
Depreciação (iv)	(23.082)	(14.552)
Amortização mais-valia (v)	(1.532)	(2.711)
Aluguel de máquinas e equipamentos (vi)	(1.188)	(498)
Outros	(404)	(967)
Total dos custos operacionais	(47.636)	(44.055)

- (i) Refere-se aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão da controlada NEO (CUST) nº 035/2004 e nº 044/2010. A variação entre períodos é decorrente do reajuste pelo IPCA;
- (ii) A redução entre os períodos refere-se aos custos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aerogeradores, incluindo as peças e mão de obra da controlada NEO e manutenção preventiva dos motores da controlada indireta RAESA ocorridos pontualmente em 2024;
- (iii) A redução na rubrica é reflexo da terceirização da operação e manutenção, com consequente redução dos custos de pessoal;
- (iv) O aumento da depreciação deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, da controlada indireta RAESA que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, sendo alterado para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que finda em maio de 2025;
- (v) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação; e
- (vi) Refere-se ao custo com locação de guindaste e demais equipamentos. A variação entre períodos se dá em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás da controlada NEO.

25. Despesas operacionais

25.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Pessoal e administradores	(322)	(220)	(1.085)	(735)
Serviços de terceiros (i)	(471)	(197)	(1.912)	(1.626)
Armazenagem	-	(14)	-	(196)
(Provisão) de passivos contingentes (ii)	-	-	(170)	-
Depreciação	-	-	(9)	-
Outras	(4)	(46)	(716)	(563)
Total despesas administrativas	(797)	(477)	(3.892)	(3.120)

- (i) A variação refere-se a despesas adicionais em razão da necessidade da contratação, na controlada NEO, de assessores técnico e financeiros para subsidiar a reorganização societária em curso; e
- (ii) A variação está relacionada a provisão de passivos contingentes, que tiveram alterações de prognósticos da controlada NEO.

25.2. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Outras receitas (despesas)	-	-	-	(1)
Total outras receitas e (despesas)	-	-	-	(1)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Receita sobre aplicação financeira (i)	-	58	22.936	14.028
Juros ativo sobre mutuos	2	-	445	1.642
Receita de arrendamento financeiro (ii)	-	-	24.219	29.763
Juros sobre arrendamento (iii)	-	-	251	893
Bônus adimplência (iv)	-	-	1.602	2.075
Outras receitas financeiras	212	8	111	201
Total receita financeira	214	66	49.564	48.602
Juros sobre empréstimos	-	-	(22.747)	(23.866)
Custo de captação	-	-	(346)	(479)
Juros sobre debêntures	(856)	(475)	(856)	(475)
Juros sobre mútuos	(2.292)	(1.588)	-	-
Variação monetária sobre empréstimos (v)	-	-	(10.185)	2.497
Variação monetária sobre debêntures	(193)	(23)	-	(23)
Acréscimos contratuais (vi)	-	-	(6.193)	(5.523)
Desmobilização	-	-	(1.575)	(1.367)
Atualização de arrendamentos	-	-	(704)	(765)
Outras despesas	(127)	(8)	(3.884)	(2.401)
Total despesas financeiras	(3.468)	(2.094)	(46.490)	(32.402)
Total resultado financeiro líquido	(3.254)	(2.028)	3.074	16.200

- (i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira que são remunerados a uma taxa média ponderada de 100,82% do CDI em 31 de março 2025 (97,12% do CDI em 31 de março de 2024).

- (ii) Receita líquida dos impostos, referente aos recebimentos do contrato de arrendamento conforme CPC 06 da controlada indireta RAESA;
- (iii) Atualização dos juros sobre arrendamento a receber conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.1
- (iv) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB da controlada NEO;
- (v) A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, conforme (Nota Explicativa nº 18), sendo que em 31 de março de 2025 atingiu uma alta acumulada de 9,33% versus uma queda de acumulada de -4,26% em 31 de março de 2024;
- (vi) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (conforme Nota Explicativa nº 16).

27. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real, e, no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2025, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R\$ 1.007.872 (R\$ 978.193 em 31 de março de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.477	14.287	6.093	17.647
Efeitos fiscais sobre:				
Despesas indedutíveis	(11.943)	(16.792)	(3.868)	(9.700)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	(6.397)	(9.068)
Total tributável	(6.466)	(2.505)	(4.172)	(1.121)
IRPJ 15%	-	-	(2.239)	(3.174)
IRPJ - Adicional - 10%	-	-	(1.481)	(3.528)
CSLL 9%	-	-	(1.343)	(1.904)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(5.063)	(8.606)
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	-	-	3.719	5.026
Despesas (crédito) de impostos de renda e contribuição efetiva	-	-	(1.344)	(3.580)
Alíquota efetiva - %	0,00%	0,00%	-22,06%	-20,29%

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2025, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração		Controladora			
		31.03.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Empréstimos e recebíveis	10	10	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Empréstimos e recebíveis	411.074	411.074	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	133	133	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	91.260	91.260	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	24.101	24.101	23.052	23.052

Mensuração		Consolidado			
		31.03.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Valor justo	631.963	631.963	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Valor justo	64.602	64.602	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	174.283	174.283	163.005	163.005
Passivos de arrendamento (NE 09)	Custo amortizado	17.768	17.768	17.950	17.950
IE 08)	Custo amortizado	302.184	302.184	302.132	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	1.439.066	1.439.066	1.467.813	1.467.813

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Mensuração		Controladora			
		31.03.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 1	10	10	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 1	411.074	411.074	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 1	133	133	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	91.260	91.260	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	24.101	24.101	23.052	23.052

Mensuração		Consolidado			
		31.03.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 1	631.963	631.963	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Nível 1	64.602	64.602	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 1	174.283	174.283	163.005	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	302.184	302.184	302.132	302.132
Passivos de arrendamento (NE 09)	Nível 1	17.768	17.768	17.950	19.915
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	1.439.066	1.439.066	1.467.813	1.467.813

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e
- **Empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

31 de março de 2025	Controladora						
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	133	133	133	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.101	24.101	24.101	-	-	-	-

31 de março de 2025	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	174.283	174.283	16.009	158.274	-	-	-
Passivos de arrendamento (NE 09)	17.768	17.768	872	1.744	2.616	4.360	8.176
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	1.439.066	1.564.645	1.132.009	186.392	96.138	120.693	29.413

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado as empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional).

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	10	51	631.963	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	64.602	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	411.074	410.361	408.117	408.117

c) Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.12.2024
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	10	51	631.963	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	64.602	69.443
Partes relacionadas (NE 08) (i)	411.074	410.361	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (NE 16)	133	137	174.283	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	91.260	87.091	302.184	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.101	23.052	1.439.066	1.467.813

(i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de março de 2025

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de março de 2025. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

Controladora						
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.03.2025	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures	24.101					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação monetária		8,46%	12,69%	16,92%	21,15%	25,38%
Exposição - debêntures		2.039	3.058	4.077	5.097	6.116
Consolidado						
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.03.2025	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e debêntures	1.439.066					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação monetária		8,46%	12,69%	16,92%	21,15%	25,38%
Exposição - empréstimos e financiamentos		121.727	182.590	243.453	304.317	365.180
Controladora						
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures	23.052					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação monetária		2,79%	4,19%	5,58%	6,98%	8,38%
Exposição - debêntures		644	966	1.287	1.609	1.931
Consolidado						
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Empréstimos e debêntures	1.467.813					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação monetária		2,79%	4,19%	5,58%	6,98%	8,38%
Exposição - empréstimos e financiamentos		40.985	61.478	81.971	102.463	122.956

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- Fornecedores.

29. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionada a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

No período findo em 31 de março de 2025, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

Companhias	Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	14	20.000
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Risco Operacional	SwissRE	06/01/2025 a 06/01/2026	1.846	326.198
Rio Amazonas Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	13	20.000
Rio Amazonas Energia S.A.	Risco Operacional	Fator Seguros S.A.	21/01/2024 a 31/05/2025	6.513	100.000
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Seguro Patrimonial	Sombrero Seguros S.A.	17/07/2024 a 17/07/2025	27	6.104
Termelétrica Itapebi S.A.	Seguro Patrimonial	MAPFRE Seguros S.A.	26/04/2024 a 26/04/2025	150	30.000
Multiner S.A.	Responsabilidade Civil dos Administradores	Ezze Seguros S.A.	02/06/2024 a 02/06/2025	94	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1.1, em 31 de março de 2025, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulado de R\$1.505.425 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R\$193.551 mil e consolidado de R\$ 205.352 mil, e naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante individual em R\$ 24.268 mil e consolidado em R\$ 547.305 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”), conforme descrito na Nota Explicativa no 18, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Contrato de reorganização e procedimento arbitral

Conforme Nota Explicativa no 1.2, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. (“Partes”), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Em fevereiro de 2025, as partes celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo até 31 de março de 2025. O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos. Até a data desse relatório o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de continuidade.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão

de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A., e que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente ao período findo em 31 de março de 2025, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 14 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A, relativas ao período findo em 31 de março de 2025, apresentado sem ressalvas e com ênfase.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores